



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 2E424-FE70D-F7458



Relatório Técnico 00002/2024-8

Protocolo: 00559/2024-1

Assunto: Procedimento preliminar de análise de contas

Criação: 22/01/2024 19:14

Origem: NPPREV - Núcleo de Controle Externo de Fiscalização de Pessoal e Previdência

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO)

Município	Iconha
Exercício	2022
Vencimento	30/03/2025
Prefeito(s) ¹	GEDSON BRANDAO PAULINO
Prefeito ²	GEDSON BRANDAO PAULINO

1. Responsável(eis) pelo governo
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

Donato Volkers Moutinho (Em substituição)

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO:

Adriane de Paiva Lima

Matr.: 203.104

Assinado por
ADRIANE DE PAIVA
LIMA
01/02/2024 16:03

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA.....	4
2.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	5
2.2	UNIDADE GESTORA ÚNICA	6
3	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	7
3.1	EQUILÍBRIO FINANCEIRO	9
3.1.1	Resultado Orçamentário do Regime de Previdência	10
3.1.2	Resultado Financeiro do Regime de Previdência	10
3.1.3	Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira	13
3.1.4	Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência ...	14
3.1.5	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos	15
3.2	EQUILÍBRIO ATUARIAL	17
3.2.1	Avaliação Atuarial do Exercício	18
3.2.2	Evolução das Avaliações Atuariais	18
3.2.3	Implementação e Efetividade do Plano de Amortização.....	19
4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	23
5	MONITORAMENTOS	24
6	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	24

1 INTRODUÇÃO

As contas anuais, objeto de apreciação nos presentes autos, refletem a conduta do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, no exercício de 2022.

Compete ao Núcleo de Controle Externo de Previdência e Pessoal – NPPREV a elaboração de relatório técnico específico, manifestando-se acerca de circunstâncias que possam repercutir na apreciação de contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, no que tange à condução da política previdenciária, nos termos previstos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016¹.

Com vistas ao julgamento das contas de governo do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, as contas, autuadas neste Tribunal sob o Processo TC 4860/2023-7, foram objeto de análise pela auditora de controle externo que subscreve o presente Relatório Técnico (RT), cujas constatações se apresentam nele descritas.

A análise das contas em questão teve seu escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, sendo realizada com base na apreciação das peças e demonstrativos encaminhados pelo gestor responsável e pelo respectivo Regime Próprio de Previdência; em informações disponibilizadas pelo Ministério da Previdência; no RTC preliminar do IPASIC, elaborado pelo sistema CidadES, deste Tribunal de Contas; abrangendo a gestão da política previdenciária do ente federativo.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

¹ Art. 9º A instrução dos processos de tomada ou prestação de contas apresentadas pelos ordenadores de despesas e administradores dos regimes próprios de previdência municipal e estadual, observará o seguinte escopo: (...)

§ 1º Serão consideradas nas contas de governo as irregularidades ou impropriedades identificadas na instrução dos processos de que trata o caput deste artigo que possam repercutir na apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo; (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a unidade técnica responsável pela instrução dos processos de prestação de contas dos regimes próprios de previdência elaborará o relatório técnico específico que subsidiará a análise das contas de governo. (Parágrafo incluído pela Resolução 320/2018, DOELTCEES 26.9.2018)

2 POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA

O modelo brasileiro de seguridade é composto por três pilares (saúde, assistência e previdência) que visam garantir a oferta de benefícios previdenciários, em sistema contributivo e de filiação obrigatória, além de outros serviços de proteção social, em atenção aos objetivos previstos na Constituição da República.

O sistema nacional de previdência está dividido em três regimes (Regime Geral de Previdência Social, Regime Próprio de Previdência e Previdência Complementar) cujas características se encontram apresentadas a seguir:

Quadro 1) Pilares do Sistema Previdenciário Brasileiro

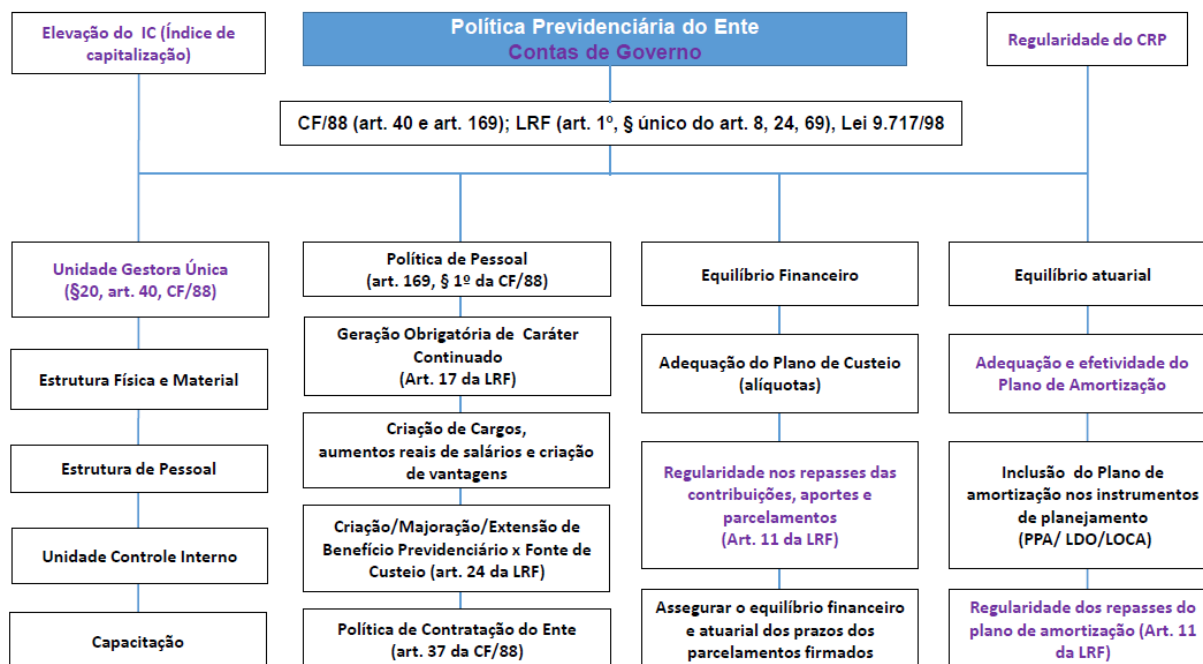
Características Básicas	Regime Geral de Previdência Social – RGPS	Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Regime de Previdência Complementar – RPC
Segurados	Trabalhadores do setor privado e servidores não vinculados ao RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
Filiação	Compulsório	Compulsório	Facultativo*
Natureza	Sistema público	Sistema público	Sistema privado*
Gestão	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
Proteção	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
Fundamento constitucional	Artigo 201 da CF	Art. 40 da CF	Art. 202 da CF
Fundamento legal	Leis 8.212 e 8.213/1991	Lei 9.717/1998 e leis de cada ente	LC 108 e 109/2001

* A EC 103/2019 altera o art. 40, §§ 14 a 16, da CF/88, tornando obrigatória a adoção de Regime de Previdência Complementar nos entes que possuem Regime Próprio de Previdência Social.

Fonte: MOTTA, Leonardo da Silva. Normas Gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Secretaria de Previdência/Ministério da Fazenda.

Verifica-se a adoção de Regime Próprio de Previdência Social no município de Iconha, instituído por meio da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992.

A condução da política previdenciária por parte do ente federativo instituidor requer a existência de unidade gestora única do sistema previdenciário, condução adequada da política de pessoal, além de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, conforme estabelecido pela Constituição Federal. Segue modelo ilustrativo para compreensão das diretrizes que devem pautar a condução da política previdenciária por parte do responsável pelo ente federativo:



2.1 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O planejamento da política previdenciária exige programação orçamentária específica que contemple os recursos destinados à execução do plano de amortização do déficit atuarial, quando instituído em lei pelo ente federativo, uma vez que representa uma despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos previstos pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

A Resolução TC 297/2016, com redação dada pela Resolução TC 334/2019, ainda prevê a necessidade de programação nos instrumentos de planejamento dos entes contemplando o plano de amortização estabelecido em lei.

Verifica-se que o ente federativo adotou plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS, instituído inicialmente com base na Lei Municipal 605/2010, com atualização dada pela Lei Municipal 1.350, de 14/10/2022, que prevê modelo de aportes atuariais crescentes, aplicáveis até o exercício de 2052.

Com base na DELPROG, a Prefeitura Municipal de Iconha demonstrou a existência de programação orçamentária específica destinada à amortização do déficit atuarial, [Leis Municipais 1271/2021 (PPA), 1270/2021 (LDO) e 1272/2021 (LOA)], por meio do Programa 8888 – “Amortização do Déficit Atuarial do RPPS”, conforme previsão no

Plano Plurianual, assim como da Ação 0.002 – “Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS”, previsto na Lei Orçamentária Anual.

Em consulta à LOA, verifica-se a fixação da despesa em “Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS”, no montante de R\$ 2.374.179,71, em consonância com a informação registrada na DELPROG.

Nesse sentido, verifica-se que a programação orçamentária do Município de Iconha se encontra em conformidade com o disposto pelo art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

2.2 UNIDADE GESTORA ÚNICA

É vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos ou mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, conforme estabelece o texto da Constituição Federal:

Art. 40. (...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela EC nº 103, de 2019).

As aposentadorias concedidas anteriormente à criação do RPPS, assim como as pensões delas decorrentes, constituem benefícios de natureza estatutária e, portanto, não devem estar abrangidas no conceito de unidade gestora única.

Em consulta à declaração da existência de pagamento de benefícios previdenciários diretamente pelo Chefe do Poder Executivo (DECINAT), consta informação que não há pagamentos de aposentadorias e pensões sendo realizados de forma direta pelo Poder Executivo Municipal.

Por outro lado, com base na execução orçamentária dos órgãos e entidades do ente federativo, disponível no módulo “PCM” do sistema CidadES, identifica-se pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais por parte das seguintes unidades gestoras:

Tabela 1) Pagamento de Benefícios Previdenciários e Assistenciais **Em R\$ 1,00**

Unidades Gestoras	Aposentadorias 3.1.90.01.xx	Pensões 3.1.90.03.xx	Outros Benefícios Assistenciais 3.3.90.08.xx	Total
032E0800001	4.276.026,50	683.843,90	0,00	4.959.870,40
Total	4.276.026,50	683.843,90	0,00	4.959.870,40

Fonte: Demonstrativo BALEXOD – PCM/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Conforme disposto pelo art. 9º, § 2º, da EC 103/2019, o pagamento de outros benefícios assistenciais deve ser realizado diretamente pelo ente federativo, cabendo ao regime previdenciário apenas o pagamento de aposentadorias e pensões.

Por fim, em consulta ao módulo “Folha de Pagamento” do sistema CidadES-PCF, o RTC preliminar, elaborado pelo sistema CidadES, não identificou a ocorrência de pagamento direto de benefícios previdenciários por parte do Tesouro do ente federativo.

Diante do exposto, depreende-se que o pagamento de benefícios previdenciários está atendendo à determinação constitucional, em observância à unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social.

3 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

O Regime Próprio de Previdência foi instituído por meio da Lei Municipal 34/1992 (alterada pelas Leis Municipais 158/1997 e 1.166/2020). O plano de benefícios concedidos aos seus segurados está previsto no art. 6º da referida legislação, e se constitui em:

Art. 6º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Iconha – IPASIC concederá, nos termos desta Lei, os seguintes benefícios:

I – quanto ao segurado

- a) Aposentadoria por invalidez;
 - b) Aposentadoria por idade;
 - c) Aposentadoria por tempo de serviço;
 - d) Aposentadoria especial.
- e) II – quanto ao dependente:
- a) Pensão por morte.

Para custear tais despesas, por meio dos arts. 3º e 5º da Lei Municipal 34/1992, (alterados pelas Leis Municipais 1.166/2020 e 1.268/2021), foram fixadas as seguintes alíquotas para o plano de custeio:

Art. 3º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação aos Segurados serão consignadas nas respectivas folhas de pagamento, sendo devida no percentual de **14%** (quatorze por cento), incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

[...]

Art. 5º. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 2º, em relação ao Município e demais Órgãos a que estão subordinados os Segurados, nos termos do inciso I do art. 2º, **será de 21,16% (vinte e um vírgula dezesseis por cento)** incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição, sendo 17,56% (dezessete vírgula cinquenta e seis por cento) de **custo normal** e **3,6%** (três vírgula seis por cento) de **taxa de administração**. (g. n.)

O ente promoveu a revisão dos planos de custeio e de benefícios oferecidos pelo regime próprio de previdência, em conformidade com a Lei Municipal 1.166/2020, tendo em vista à necessidade de atendimento ao disposto pelo art. 9º, §§ 2º e 4º, da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, conforme previsão do art. 3º da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 1.166/2020.

As alíquotas patronais, sob responsabilidade dos órgãos e entidades municipais, destinadas à cobertura do custeio normal do plano de benefícios previdenciários, apresentam a seguinte evolução, conforme demonstrado:

Tabela 2) Alíquotas Patronais Destinadas ao Custeio Normal do RPPS **Em R\$ 1,00**

Histórico	Dispositivo Normativo	Alíquota
1	Art. 5º da Lei Municipal 34, de 31 de janeiro de 1992	10,00%
2	Art. 2º da Lei Municipal 462, de 22 de novembro de 2007	11,00%
3	Art. 1º da Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	13,64%
4	Art. 1º da Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	12,83%
5	Art. 1º da Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	13,02%
6	Art. 1º da Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	14,09%
7	Art. 2º da Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	15,26%
8	Art. 3º da Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	17,44%
9	Art. 1º da Lei Municipal 974, de 05 de julho de 2017	17,44%
10	Art. 2º da Lei Municipal 1.038, de 06 de julho de 2018	19,56%
11	Art. 2º da Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	19,56%
12	Art. 2º da Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	19,56%
13	Art. 1º da Lei Municipal 1.268, de 12 de novembro de 2021	21,16%

Fonte: RT 400/2022-3 (Proc. TC 7880/2022-1); legislação municipal e demonstrativo RELCUST/RPPS/2022.

Verifica-se correspondência entre a alíquota patronal normal estabelecida em lei pelo ente federativo e o plano de custeio normal apurado pela avaliação atuarial (DEMAAT), com data base posicionada em 31/12/2022.

Por meio do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, disponível no sistema Cadprev², demonstra-se a evolução do quantitativo de beneficiários vinculados ao RPPS:

Tabela 3) Quantitativo de Beneficiários Vinculados ao RPPS

Em R\$ 1,00

DRAA	2019	2020	2021	2022	2023
Data-base da avaliação	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Servidores Ativos	350	334	311	293	282
Aposentados	99	112	129	137	148
Pensionistas	32	32	36	37	36
Total	481	478	476	467	466

Fonte: RT 400/2022-3 (Proc. TC 7880/2022-1); e demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev.

De acordo com o resultado da avaliação atuarial (DEMAAT), encaminhada em 2023, data focal: 31/12/2022, constata-se que a proporção de ativos/inativos está em 1,53, significando um quadro **crítico**³ para o RPPS, segundo classificação de Nogueira (fls. 220/221).

Com relação ao regime de previdência complementar, exigência estabelecida pelo art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, verifica-se a sua instituição por meio da Lei Municipal 1.252/2021; conforme disposto pelo § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional 103/2019, de 12/11/2019.

3.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O equilíbrio financeiro decorre de disposições expressas do art. 40, *caput*, da Constituição Federal, do art. 69 da LRF, assim como do art. 1º da Lei 9.717/1998,

² Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

³ Os RPPS de cada grupo foram qualificados no que se refere **à relação existente entre o número total de servidores ativos e o número total de aposentados e pensionistas**, conforme as seguintes faixas de “Situação”:

a) **Crítico (até 3,0):** Para cada aposentado ou pensionista existem no máximo 3 servidores ativos. Um RPPS nessa situação possivelmente já apresenta um déficit financeiro, que está sendo suprido pela utilização de recursos do Ativo Líquido acumulado no passado ou por meio de aportes mensais repassados pelo Estado ou Município. (g. n.)

representando a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações assumidas pelo RPPS em cada exercício financeiro.

O ente federativo deve garantir a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, sendo responsável pela cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de obrigações, nos termos previstos no art. 2º da Lei 9.717/1998.

3.1.1 Resultado Orçamentário do Regime de Previdência

O Regime Próprio de Previdência do município de Iconha apresentou o seguinte resultado orçamentário do exercício financeiro, conforme demonstrado:

Tabela 4) Balanço Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

Receitas	Exercício	Exercício Anterior	Despesas	Exercício	Exercício Anterior
Contribuições	2.902.330,17	2.983.400,35	Pessoal e Encargos	5.093.487,24	4.630.818,72
Patrimonial	7.795,86	0,00	Outras Desp. Correntes	77.741,95	93.725,29
Outras Rec. Correntes	2.858.569,73	2.324.880,81	Investimentos	40.950,00	0,00
Déficit	0,00	0,00	Superávit	556.996,57	584.217,15
Total	5.769.175,76	5.308.761,16	Total	5.769.175,76	5.308.761,16

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Em consulta aos Balanços Orçamentários do RPPS, observa-se o comportamento do resultado orçamentário dos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 5) Evolução do Resultado Orçamentário do RPPS **Em R\$ 1,00**

Exercício	Resultado Orçamentário
2020	637.394,05
2021	584.217,15
2022	556.996,57

Fonte: Demonstrativo BALORC/RPPS/2022/2021/2020.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Verifica-se que o resultado orçamentário do exercício de 2022 apresentou ligeira redução, comparativamente aos resultados dos exercícios anteriores, apesar da manutenção do resultado orçamentário positivo.

3.1.2 Resultado Financeiro do Regime de Previdência

No exercício em análise, observa-se que as receitas correntes, deduzida a receita com remuneração de investimentos, assim como a receita para amortização do déficit

atuarial, não foram suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários e despesas administrativas do RPPS.

Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário **Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receitas Orçamentárias	5.769.175,76
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.965.538,09
(-) Rendimentos das Aplicações Financeiras	7.795,86
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	2.808.472,52
(-) Despesas Empenhadas	5.212.179,19
(=) Insuficiência Financeira	(293.733,72)

Fonte: Demonstrativo BALEXOR, BALFIN e DEMVAP/RPPS/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Depreende-se que o Regime Próprio de Previdência não foi capaz de manter o equilíbrio financeiro em suas operações, resguardando o rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas à amortização do déficit atuarial do RPPS.

Indicativo de irregularidade:

3.1.2.1 Ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário em capitalização, decorrente de insuficiência financeira no pagamento de benefícios previdenciários

Critério: Art. 40, *caput*, da Constituição Federal; art. 1º, 8º, parágrafo único, e art. 69 da LC 101/2000 (LRF); art. 1º e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998; art. 1º, § 2º, e art. 78 da Portaria MF 464/2018; e arts. 11, §7º, 25, da Portaria MTP 1.467/2022.

Trata-se de indicativo de irregularidade relacionado à ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário em capitalização, em função da diferença entre receitas arrecadadas e despesas executadas pelo regime previdenciário, revelando insuficiência financeira desprovida de aporte suficiente por parte do Tesouro Municipal, conforme demonstrado na tabela 6 deste relatório técnico:

Tabela 6) Equilíbrio Financeiro do Fundo Previdenciário**Em R\$ 1,00**

Análise financeira do RPPS	
(+) Receitas Orçamentárias	5.769.175,76
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.965.538,09
(-) Rendimentos das Aplicações Financeiras	7.795,86
(-) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	2.808.472,52
(-) Despesas Empenhadas	5.212.179,19
(=) Insuficiência Financeira	(293.733,72)

Fonte: Demonstrativo BALEXOR, BALFIN e DEMVAP/RPPS/2022.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Ao deixar de adotar medidas para o equacionamento do déficit financeiro do RPPS, o chefe do Poder Executivo prejudicou a necessária formação de reservas, permitindo a utilização indevida de recursos previdenciários destinados ao equacionamento do déficit atuarial do regime em capitalização, com pagamentos de benefícios correntes do RPPS.

A apuração do equilíbrio financeiro desconsiderou a receita patrimonial, relacionada ao rendimento de aplicações financeiras, visto que ela se destina à cobertura do déficit atuarial do regime previdenciário; aliada à constatação de fase inicial de acumulação de reservas por parte do regime previdenciário, com ativos insuficientes para a cobertura mínima de provisões matemáticas de benefícios já concedidos.

Ademais, os aportes atuariais foram igualmente desconsiderados para a apuração do equilíbrio financeiro, visto que se encontram legalmente vinculados à amortização do déficit atuarial, aliada à constatação de inexistência de composição mínima de ativos garantidores para a cobertura de provisões matemáticas de benefícios concedidos.

O desequilíbrio financeiro apurado sugere incapacidade por parte das alíquotas normais (patronal e de servidores) para promover a cobertura dos benefícios concedidos e pagos no exercício pelo RPPS; suscitando dúvidas em relação à viabilidade da atual alíquota patronal vigente, estabelecida em 21,16% da base de cálculo, conforme disposto pelo art. 1º da Lei Municipal 1.268, de 12 de novembro de 2021.

Portanto, diante do desequilíbrio financeiro identificado no RPPS, é exigível que o chefe do Poder Executivo repasse aporte financeiro suficiente, propiciando a devida complementação de recursos para o pagamento de despesas previdenciárias; em

garantia à constituição de reservas decorrentes dos recursos do plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial do RPPS.

Considerando que o regime previdenciário ainda se encontra em fase inicial de acumulação de reservas, pendente de constituição mínima de ativos para a cobertura de provisões matemáticas de benefícios concedidos; e considerando a utilização indevida dos recursos do plano de amortização do déficit atuarial; conclui-se pela ocorrência de déficit financeiro no regime previdenciário, no montante de **R\$293.733,72**, infringindo o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, previsto no art. 40, *caput*, da Constituição Federal.

Acrescenta-se que compete ao ente federativo instituidor a responsabilidade pela cobertura de insuficiência financeira do regime previdenciário, nos termos previstos pelo art. 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998.

Diante do exposto, sugere-se a **CITAÇÃO** do Chefe do Poder Executivo, autoridade responsável pelo equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, possibilitando-lhe a apresentação de justificativas quanto aos indícios de ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário em capitalização, em função de insuficiência financeira desprovida de aporte suficiente por parte do Tesouro Municipal; salientando a possibilidade de emissão de deliberação para recomposição de reservas previdenciárias utilizadas indevidamente, caso seja mantido o indicativo de não conformidade, na fase de instrução conclusiva.

3.1.3 Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira

O aporte concedido para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário resultou no seguinte dispêndio em sua origem e arrecadação em seu destino, conforme transferências financeiras registradas:

Tabela 7) Transferências Financeiras**Em R\$ 1,00**

UNIDADES GESTORAS	ENTE	RPPS
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.637.304,32	1.965.538,09
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	12.671.766,23	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.965.538,09	1.965.538,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	14.637.304,32	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	12.671.766,23	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	1.965.538,09	0,00

Fonte: Demonstrativo BALFIN/RPPS/2022.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Em consulta ao Balanço Financeiro, observa-se o comportamento dos aportes recebidos para a cobertura de insuficiência financeira do Fundo Previdenciário nos últimos exercícios, conforme segue:

Tabela 8) Aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira do FP/RPPS Em R\$ 1,00

Exercício	Aporte Financeiro	RCL	Proporção
2020	1.437.156,79	55.843.704,01	2,57%
2021	1.771.956,88	58.343.088,18	3,04%
2022	1.965.538,09	69.191.265,56	2,84%

Fonte: Demonstrativo BALFIN/RPPS/2022/2021/2020, e sistema CidadES.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES;

Identifica-se o crescimento do aporte financeiro em 10,92%, no exercício de 2022, comparativamente ao exercício anterior, assim como decréscimo na relação entre o aporte financeiro e a Receita Corrente Líquida auferida pelo município de Iconha, revelando decréscimo da necessidade de cobertura de insuficiência financeira por parte do Tesouro municipal.

3.1.4 Acumulação de Reservas para Capitalização do Regime de Previdência

Da análise dos dados a seguir, constata-se que as reservas do RPPS diminuíram R\$293.733,72, no exercício:

Tabela 9) Capacidade de Formação de Reservas**Em R\$ 1,00**

Formação de Reservas	
(=) Saldo do superávit financeiro do Exercício Anterior no BALPAT	40.034.306,11
(+) Rendimentos das Aplicações Financeiras	5.512.753,83
(-) VPD Financeiras	3.883.080,75
(+) Receita para Amortização do Déficit Atuarial	2.808.472,52
(=) Saldo que deveria existir para Equacionamento do Déficit Atuarial	44.472.451,71
(=) Saldo do superávit financeiro existente no BALPAT	44.178.717,99
(=) Variação das Reservas do RPPS	(293.733,72)

Fonte: Demonstrativos BALORC, BALEXOR, BALVER, BALPAT, DEMREC e DEMVAP/RPPS/2022.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Dessa forma, verifica-se que a situação financeira do IPASIC, no exercício de 2022, se apresentou desequilibrada, com recursos insuficientes para arcar com o pagamento de benefícios previdenciários, não possibilitando a formação de reservas; além da necessidade de cobertura de déficit atuarial por meio de plano de amortização.

O superávit financeiro do RPPS apresentou os seguintes resultados nos últimos exercícios financeiros, conforme demonstrado:

Tabela 10) Evolução do superávit financeiro do RPPS Em R\$ 1,00

Exercício	Resultado
2020	39.071.517,67
2021	40.034.306,11
2022	44.178.717,99

Fonte: Demonstrativo BALPAT/RPPS/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Assim, em análise às contas anuais apresentadas pelo Regime Próprio de Previdência, depreende-se pelo crescimento do superávit financeiro, contribuindo positivamente para o equacionamento do déficit atuarial.

3.1.5 Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos

3.1.5.1 Contribuições Previdenciárias

Com base nas peças que integram a PCA do RPPS, foram analisados os recolhimentos de valores devidos em contribuições previdenciárias, a título de obrigações patronais devidas pelos órgãos e entidades municipais, bem como obrigações retidas dos servidores e recolhidas para o regime previdenciário.

Tabela 11) Receita de Contribuições Devidas ao RPPS (competência) Em R\$ 1,00

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	84.862,68	0,00	128.349,32	213.212,00
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	303.553,10	0,00	458.801,92	762.355,02
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	44.929,63	0,00	67.907,59	112.837,22
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	748.989,26	0,00	1.132.068,34	1.881.057,60
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	15.119,39	5.524,42	22.851,91	43.495,72
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	3.614,26	0,00	5.462,73	9.076,99
Total		1.201.068,32	5.524,42	1.815.441,81	3.022.034,55

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Tabela 12) Receita de Contribuições Recolhidas ao RPPS**Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	84.862,68	0,00	128.349,32	213.212,00
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	303.553,10	0,00	458.801,92	762.355,02
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	44.929,63	0,00	67.907,59	112.837,22
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	694.839,10	0,00	1.050.224,52	1.745.063,62
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	15.119,39	6.122,21	22.851,91	44.093,51
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	3.614,27	0,00	5.430,96	9.045,23
Total		1.146.918,17	6.122,21	1.733.566,22	2.886.606,60

Fonte: Demonstrativo DEMREC/RPPS/2022.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Considerando as contribuições previdenciárias recolhidas por cada órgão e entidade com vínculo ao RPPS, promoveu-se o confronto entre os valores devidos e os efetivamente arrecadados, possibilitando a identificação de débitos não repassados:

Tabela 13) Receita de Contribuições não Recolhidas ao RPPS**Em R\$ 1,00**

Órgãos		Contribuição do Servidor	Contribuição Aposentado Pensionista	Contribuição Patronal	Total
UG / CNPJ	Descrição				
032L0200001	Câmara Municipal de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0500001	Fundo Municipal de Saúde de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0100002	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha	0,00	0,00	0,00	0,00
032E0700001	Prefeitura Municipal de Iconha	-54.150,16	0,00	-81.843,82	-135.993,98
032E0800001	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha	0,00	597,79	0,00	597,79
007E0700001	Prefeitura Municipal de Anchieta	0,01	0,00	-31,77	-31,76
Total		-54.150,15	597,79	-81.875,59	-135.427,95

Obs.: Evidencia a diferença entre as contribuições devidas e recolhidas**Fonte:** Demonstrativo DEMREC/RPPS/2022.**Nota:** Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Portanto, verifica-se ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS. No entanto, da análise do DEMREC/RPPS, depreende-se que o montante de R\$ 135.427,95, não repassado ao IPASIC, se refere à competência dezembro/2022; possibilitando o recolhimento até o dia 20 do mês subsequente; conforme estabelecido no art. 32, §1º, da Lei Municipal 34/1992, com redação dada pela Lei Municipal 722/2013.

Assim, conclui-se pelo regular recolhimento de contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2022, em consonância com a declaração de quitação

(DELQUIT/RPPS) e com a declaração do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI).

3.1.5.2 Parcelamentos Previdenciários

Foram analisadas as informações disponibilizadas pelo Ministério da Previdência do Governo Federal⁴, por meio de acesso público ao sistema Cadprev, oportunidade em que não foram identificados parcelamentos previdenciários firmados junto ao RPPS.

Verifica-se a existência de correspondência entre as informações disponibilizadas pelo sistema Cadprev e os controles apresentados pelo relatório detalhado de parcelamentos previdenciários firmados (RELPAR), incluindo documentação relacionada aos parcelamentos firmados (DOCSPAR), disponíveis na PCA do RPPS de Iconha (Sistema CidadES).

Ressalta-se que no demonstrativo do repasse integral de valores ao RPPS (DELREPI), também consta declaração que não há parcelamento vigente.

3.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, o **equilíbrio financeiro e atuarial** constitui um princípio para o ente federativo que institui o Regime Próprio de Previdência, assim como **um pilar de sustentabilidade da gestão fiscal responsável**, tendo em vista que eventual desequilíbrio pode comprometer suas finanças públicas.

A mensuração do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS se faz por meio de estudo técnico denominado **avaliação atuarial**, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano previdenciário. Seu papel é **avaliar o plano de custeio do RPPS** para que se mantenha equilibrado, garantindo-se a continuidade do pagamento de benefícios, exigência essa prevista no art. 1º, inc. I, da Lei 9.717/1998.

⁴ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

3.2.1 Avaliação Atuarial do Exercício

Segundo a Previdência Social, as reavaliações atuariais anuais devem apurar a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência, avaliando a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas, com objetivo de apontar as medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em consulta à legislação municipal, observa-se que o município de Iconha não instituiu a segregação da massa no RPPS, conforme se verifica das informações encaminhadas por meio do estudo de avaliação atuarial (DEMAAT), elaborado pelo atuário Richard M. Dutzmann, registrado no MIBA sob nº 935.

Nos termos do DEMAAAT, o RPPS apresentou saldo em ativos do Plano Previdenciário em montante inferior às provisões matemáticas previdenciárias, não observando o princípio basilar dos RPPS.

Tabela 14) Apuração do Resultado Atuarial

Em R\$ 1,00

Resultado Atuarial do Plano Previdenciário	
(-) Provisões Mat. de Benefícios Concedidos (PMBC)	67.965.246,16
(-) Provisões Mat. de Benefícios a conceder (PMBaC)	65.304.910,38
(+) Total de ativos do RPPS	44.194.917,99
Resultado Atuarial = Déficit	89.075.238,55
(+) Plano de amortização	69.518.816,71
Cobertura do Plano de Amortização = Insuficiente	(19.556.421,84)

Fonte: Demonstrativo DEMAAAT, data da avaliação: 13/02/2023 e data focal: 31/12/2022 – PCA/2022.

Assim, verifica-se que o Regime de Previdência não possui equilíbrio atuarial, visto que seus ativos não são suficientes para a cobertura das provisões matemáticas previdenciárias. Ademais, depreende-se que o plano de amortização em curso, no exercício, é insuficiente para realizar a cobertura do déficit atuarial do RPPS, circunstância que exige revisão, conforme recomendado no item 9.2 do DEMAAAT.

3.2.2 Evolução das Avaliações Atuariais

Com base no Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA⁵, evidencia-se a evolução das provisões matemáticas previdenciárias com o objetivo de

⁵ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

acompanhar o resultado atuarial do RPPS, desconsiderando-se o plano de amortização e os parcelamentos previdenciários.

Tabela 15) Evolução das Avaliações Atuariais

Em R\$ 1,00

DRAA	2019	2020	2021	2022	2023
Data base	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
a) Ativos - PP	29.189.460,30	34.769.299,42	39.241.332,87	40.206.108,87	44.194.917,99
b) Prov. Mat.	(73.465.412,55)	(90.718.633,28)	(111.290.628,93)	(125.259.009,80)	(133.270.156,54)
Cobertura= a/b	0,40	0,38	0,35	0,32	0,33
Resultado = a-b	(44.275.952,25)	(55.949.333,86)	(72.049.296,06)	(85.052.900,93)	(89.075.238,55)
Evolução (%)	-	26,37%	28,78%	18,05%	4,73%
Método de Fin.	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC
Atuário	Thiago Fernandes	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann	Richard Dutzmann

Fonte: RT 400/2022-3 (Proc. TC 7880/2022-1); e demonstrativo DRAA – Sistema Cadprev.

Conclui-se que as provisões matemáticas previdenciárias apresentam uma evolução inferior ao acúmulo de ativos, comparativamente ao exercício anterior; motivo que justifica a pequena elevação do índice de cobertura.

Importante registrar que a cobertura indica que o IPASIC se encontra em processo de descapitalização, visto que em 31/12/2018 possuía cobertura de 0,40 de seus passivos previdenciários, mas em 31/12/2022 sua cobertura foi reduzida para 0,33 do passivo previdenciário.

3.2.3 Implementação e Efetividade do Plano de Amortização

De acordo com a Portaria MTP 1.467/2022, caso a avaliação atuarial de encerramento de exercício apure **déficit atuarial**, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, abrangendo instituição de plano de amortização, segregação da massa e outras medidas complementares.

O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização definidas na Portaria MTP 1.467/2022, que somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei pelo ente federativo.

Art. 56. Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos nesta Portaria relativos ao plano de custeio do regime, observar os seguintes:

I - garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adequado, bem como com as obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais;

II - que o montante de contribuição anual, na forma de alíquotas suplementares ou aportes mensais, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, conforme definido no Anexo VI;

III - não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições; e

IV - contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano, na forma prevista no art. 10.

Como forma de equacionamento do déficit atuarial, o ente federativo adotou plano de amortização por meio de alíquota suplementar crescente; estabelecido, inicialmente, por meio da Lei Municipal 574/2009. Posteriormente, por meio da Lei 1.084/2019, houve a alteração no modelo de amortização, passando para aportes atuariais crescentes.

Tabela 16) Evolução dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial

Histórico	Dispositivo Normativo	Modelo
1	Lei Municipal 574, de 20 de novembro de 2009	Alíquota suplementar fixa (6,83%)
2	Lei Municipal 587, de 30 de março de 2010	Alíquota suplementar fixa (5,85%)
3	Lei Municipal 636, de 29 de março de 2011	Alíquota suplementar fixa (7,40%)
4	Lei Municipal 697, de 24 de maio de 2012	Alíquota suplementar fixa (8,06%)
5	Lei Municipal 757, de 14 de agosto de 2013	Alíquota suplementar fixa (10,60%)
6	Lei Municipal 826, de 10 de julho de 2014	Alíquota suplementar fixa (11,67%)
7	Lei Municipal 910, de 21 de dezembro de 2015	Alíquota suplementar fixa (7,50%)
8	Lei Municipal 929, de 23 de novembro de 2016	Alíquota suplementar crescente
9	Lei Municipal 958, de 10 de maio de 2017	Alíquota suplementar crescente
10	Lei Municipal 1.084, de 17 de maio de 2019	Aportes atuariais crescentes
11	Lei Municipal 1.166, de 24 de julho de 2020	Aportes atuariais crescentes
12	Lei Municipal 1.350, de 14 de outubro de 2022	Aportes atuariais crescentes

Fonte: RT 400/2022-3 (Proc. TC 7880/2022-1); legislação municipal e Demonstrativo RELCUST/RPPS/2022.

Nota: Lei Municipal 1.350, de 14/10/2022 - em vigor na data da sua publicação.

Considerando que o plano de amortização foi alterado pela legislação municipal, identifica-se a seguinte evolução das alíquotas suplementares e aportes atuariais:

Tabela 17) Aportes Atuariais/Alíquotas Suplementares

Em R\$ 1,00

Exercício	Lei 826/2014	Lei 910/2015	Lei 929/2016	Lei 958/2017	Lei 1084/19	Lei 1166/20	Lei 1350/22
2022	11,67%	7,50%	18,38%	18,38%	2.015.282,37	2.330.000,00	2.330.000,00
2023	11,67%	7,50%	20,24%	20,24%	2.267.996,49	3.515.000,00	3.515.000,00
2024	11,67%	7,50%	22,11%	22,11%	2.525.563,38	4.231.866,84	4.407.034,93
2025	11,67%	7,50%	23,98%	23,98%	2.788.054,80	4.231.866,84	4.407.034,93
2026	11,67%	7,50%	25,85%	25,85%	3.055.543,49	4.231.866,84	4.407.034,93
2027	11,67%	7,50%	27,71%	27,71%	3.328.103,15	4.231.866,84	4.407.034,93
2028	11,67%	7,50%	29,58%	29,58%	3.605.808,45	4.231.866,84	4.407.034,93
2029	11,67%	7,50%	31,45%	31,45%	3.888.735,04	4.231.866,84	4.407.034,93
2030	11,67%	7,50%	33,31%	33,31%	4.176.959,58	4.231.866,84	4.407.034,93
2031	11,67%	7,50%	35,18%	35,18%	4.470.559,75	4.231.866,84	4.407.034,93
2032	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.769.614,22	4.231.866,84	4.407.034,93
2033	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.817.310,36	4.231.866,84	4.407.034,93

2034	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.865.483,46	4.231.866,84	4.407.034,93
2035	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.914.138,30	4.231.866,84	4.407.034,93
2036	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	4.963.279,68	4.231.866,84	4.407.034,93
2037	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.012.912,48	4.231.866,84	4.407.034,93
2038	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.063.041,60	4.231.866,84	4.407.034,93
2039	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.113.672,02	4.231.866,84	4.407.034,93
2040	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.164.808,74	4.231.866,84	4.407.034,93
2041	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.216.456,83	4.231.866,84	4.407.034,93
2042	11,67%	7,50%	37,05%	37,05%	5.268.621,39	4.231.866,84	4.407.034,93
2043 a 2052	-	-	-	-	-	4.231.866,84	4.407.034,93
2053	-	-	-	-	-	4.231.866,84	-
2054	-	-	-	-	-	4.231.866,84	-

Fonte: RT 400/2022-3 (Proc. TC 7880/2022-1); legislação municipal e Demonstrativo RELPAD/RPPS/2022.

A avaliação atuarial anterior, com data focal posicionada em 31/12/2021, reafirmou a insuficiência do plano de custeio suplementar, e indicou a necessidade de medidas para revisão do plano de amortização vigente, destinado ao equacionamento do déficit atuarial do RPPS, conforme resultado extraído do arquivo DEMAAT, disponível na PCA/2021 das contas de governo (Processo TC 7880/2022-1). Trata-se de estudo que pautou a adoção de medidas pela administração no exercício de 2022, por meio de aprovação da Lei Municipal 1.350, de 14 de outubro de 2022 (em vigor na data da sua publicação).

Por sua vez, o resultado atuarial (DEMAAT) do exercício, com data base posicionada em 31/12/2022, em seu item 9.2, concluiu que a insuficiência do plano de amortização em curso exige revisão, nos moldes do estabelecido pela Portaria MTP 1.467/2022, uma vez respeitadas as condições estabelecidas no art. 39 do seu Anexo VI, quanto à viabilidade de se deduzir o Limite de déficit atuarial (LDA) do valor do déficit atuarial apurado na avaliação, aí incluída a consideração do recurso oferecido pelo disposto no art. 45 desse Anexo, de modo que a adequação do plano de amortização possa ser promovida gradualmente.

Com base na Lei Municipal 1350/2022, a adoção de plano de amortização, por meio de aportes atuariais, contribuiu para a variação patrimonial aumentativa no exercício, conforme evidenciado:

Tabela 18) Recebimento de Recursos para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Conta Contábil	Descrição	Valores
4.5.1.3.2.02.02	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial – Aportes Periódicos	2.808.472,52
Total		2.808.472,52

Fonte: Demonstrativo BALVER/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Em contrapartida, o ente federativo registrou a seguinte execução orçamentária relacionada ao pagamento do plano de amortização do déficit atuarial do RPPS:

Tabela 19) Execução Orçamentária para Amortização do Déficit Atuarial Em R\$ 1,00

Unidades Gestoras	Alíq.Suplem. Ativo PP 3.1.91.13.20	Alíq.Suplem. Inativo PP 3.1.91.13.21	Alíq.Suplem. Ativo PF 3.1.91.13.22	Alíq.Suplem. Inativo PF 3.1.91.13.23	Aporte Cobert. Déficit Atuarial 3.3.91.97.00	Total
032E0100002	0,00	0,00	0,00	0,00	92.485,02	92.485,02
032E0700001	0,00	0,00	0,00	0,00	2.557.254,68	2.557.254,68
032L0200001	0,00	0,00	0,00	0,00	158.732,82	158.732,82
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.808.472,52	2.808.472,52

Fonte: Demonstrativo BALEXOD/2022.

Nota: Tabela preenchida pelo sistema CidadES.

Portanto, depreende-se pela existência de proporcionalidade entre o registro de contribuições suplementares, por parte do órgão gestor do RPPS, e o respectivo repasse pelos demais órgãos transferidores.

Com relação à efetividade do plano de amortização, verifica-se a existência de parâmetro que exige pagamento mínimo dos juros incidentes sobre o déficit atuarial, conforme art. 56, II, da Portaria MTP 1.467/2022. Contudo, o art. 45 do Anexo VI da Portaria (Alterada pela Portaria MPS nº 861, de 6/12/2023) permite que a adequação do plano de amortização seja promovida gradualmente, com a elevação das contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes, na forma estabelecida pelos seus incisos I e II. Segue transcrição:

I - para os entes federativos que comprovarem o disposto no inciso IV do art. 55 desta Portaria:

- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, cinquenta por cento do necessário;
- c) no exercício de 2027, setenta e cinco por cento do necessário; e
- d) a partir do exercício de 2028, cem por cento do necessário; e

II - para os entes federativos que não se enquadrarem na situação de que trata o inciso I:

- a) nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, à razão de um terço do necessário;
- b) no exercício de 2026, à razão de dois terços do necessário; e
- c) a partir do exercício de 2027, cem por cento do necessário.

Parágrafo único. A adequação gradual do plano de amortização na forma deste artigo poderá ser aplicada:

I - caso assegure a liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adotado, bem como o cumprimento das obrigações futuras, conforme demonstrado nos fluxos atuariais; e

II - caso a capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo, nos

termos do art. 64 desta Portaria, não suporte a sua implantação imediata; e
III - sem observar os requisitos previstos no art. 65 desta Portaria, desde que não comprometa a amortização integral do déficit atuarial.

Em consulta ao Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, com data base posicionada em 31/12/2022, identifica-se a existência de contribuição mínima por parte do plano de amortização proposto pelo DEMAAT, em seu item 9.2.2, superando o montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício, na razão proposta pelo art. 45 do Anexo VI da Portaria MTP 1.467/2022.

4 REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é o documento, fornecido pelo Ministério da Previdência, que atesta a adequação do regime próprio de previdência social de Estado, Distrito Federal e de Município aos critérios e exigências estabelecidos pela Lei 9.717/1998, de acordo com os critérios definidos pelo art. 247 da Portaria MTP 1.467/2022.

Conforme previsão do art. 7º da Lei 9.717/1998, a regularidade na emissão do CRP constitui requisito para: realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Em consulta ao portal eletrônico da Secretaria de Previdência do Governo Federal, constata-se a existência de CRP válido ao longo do exercício de 2022; encontrando-se, atualmente, com validade até xx/xx/2022; embora lastreado exclusivamente em decisão judicial, situação recorrente na emissão do CRP.

Em consulta ao portal eletrônico do sistema Cadprev, constata-se a existência de CRP válido ao longo do exercício de 2022; atestando a regularidade junto às obrigações previstas pela Lei 9.717/1998; encontrando-se, atualmente, com validade até 29/02/2024⁶.

⁶ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

5 MONITORAMENTOS

Monitoramento⁷ é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES, não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

6 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

As contas anuais, ora analisadas, refletem a conduta do Sr. **Gedson Brandão Paulino**, no exercício de suas atribuições como prefeito municipal de Iconha, com relação à condução da política previdenciária no exercício de 2022.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nas prestações de contas dos demais órgãos e entidades vinculados ao RPPS, nos termos previstos pela Instrução Normativa TC 68/2020; no RTC preliminar elaborado pelo sistema CidadES, deste Tribunal de Contas; assim como, nas informações disponibilizadas pelo Ministério da Previdência do Governo Federal.

Em atendimento ao disposto pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução TC 297/2016, apura-se responsabilidade do prefeito municipal relacionada à condução da política previdenciária no exercício de 2022, conforme proposta de encaminhamento:

⁷ Resolução TC 278/2014 - Disciplina a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.

Descrição do Achado / Base Normativa	Responsáveis	Proposta de Encaminhamento
3.1.2.1 Ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário em capitalização, decorrente de insuficiência financeira no pagamento de benefícios previdenciários Critério: Art. 40, caput, da Constituição Federal; art. 1º, 8º, parágrafo único, e art. 69 da LC 101/2000 (LRF); art. 1º e 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998; art. 1º, § 2º, e art. 78 da Portaria MF 464/2018; e arts. 11, §7º, 25, da Portaria MTP 1.467/2022.	Gedson Brandão Paulino	Citação

Vitória/ES, 22 de janeiro de 2024.

(documento assinado digitalmente)
Adriane de Paiva Lima
 Auditora de Controle Externo
 Matrícula: 203.104
 CRC-ES 8.399/0-6